

Fiesp e Ciesp apresentam questões sobre a Resolução SMA nº 45/2015 à SMA e CETESB

O diretor-titular do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp, Nelson Pereira dos Reis coordenou a reunião da Câmara Ambiental da Indústria Paulista (CAIP), que contou com a participação do coordenador de Parques Urbanos da SMA, José Eduardo Ismael Lutti, do vice-presidente da Cetesb, Nelson Bugalho e do presidente da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (Abihpec), João Carlos Basílio

A reunião teve como objetivo esclarecer dúvidas sobre a implementação e operacionalização da Resolução SMA nº 45/2015, que "define as diretrizes para implantação e operacionalização da responsabilidade pós-consumo no Estado de São Paulo.

Entre diversos questionamentos efetuados, destacam-se aqueles que giraram em torno de dois

eixos principais ligados aos termos de compromisso e o licenciamento ambiental, com ênfase nos critérios para os novos termos de compromisso e para o plano de gerenciamento de resíduos sólidos.

Outros assuntos relacionados à competitividade das indústrias paulistas frente aos fabricantes de produtos e embalagens de outros estados, bem como o envolvimento dos demais elos da cadeia no processo de logística reversa também foram abordados.

A Fiesp e o Ciesp encaminharam ainda à Cetesb um pleito abordando os seguintes assuntos:

- Previsão de dispensa de licenciamento de locais de armazenamento de produtos e embalagens pós-consumo, sujeitas a logística reversa e classificadas como perigosas pela legislação ambiental.
- Previsão para simplificação do processo de licenciamento e redução de custos administrativos para



obtenção de licenças para atividades recicladoras.

- Documento oficial que garanta a dispensa do Cadri para as atividades participantes do processo de logística reversa.
- Tratamento diferenciado para produto ou embalagem pós-consumo objeto do sistema de logística reversa, do conceito de resíduos sólidos de forma a valorizá-lo e possibilitar uma melhor gestão e gerenciamento.
- Ações da SMA junto à Secretaria da Fazenda para garantir a competitividade dos produtos e embalagens produzidos no Estado de São Paulo.

A análise dos participantes foi de que a reunião foi extremamente proveitosa afim de conhecer o posicionamento da SMA e da Cetesb frente aos vários gargalos apresentados pelo DMA para a implementação do processo de logística reversa no Estado de São Paulo.

Secretário de Desenvolvimento Urbano fala sobre a importância da indústria em São Paulo

Mesa Redonda sobre a nova Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo e o futuro da indústria no município de São Paulo promovida pela Fiesp reuniu Secretário de Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo, vereadores e diretores da Fiesp e do Ciesp. Os participantes debateram o impacto da lei no setor produtivo do Município de São Paulo.

Página 02

NBR ISO 14001 reforça importância da alta liderança e do envolvimento das partes interessadas

Foi apresentada na Fiesp a nova norma NBR ISO 14001.

Com o objetivo de orientar as empresas no processo de transição para a nova norma, o DMA elaborou um documento indicando as principais alterações e seus desdobramentos.

Saiba o que muda com a nova versão da norma.

Página 03

Responsabilidade civil objetiva por dano ao meio ambiente conta com jurisprudência no STJ

O tema foi foco de evento promovido pelo Grupo de Estudos de Direito Ambiental da Fiesp/Ciesp, para esclarecer os aspectos jurídicos da responsabilidade civil por dano ao meio ambiente, o entendimento do Poder Judiciário e suas tendências.

Leia a notícia completa.

Página 04

Secretário de Desenvolvimento Urbano fala sobre a importância da indústria em São Paulo

Em 23 de novembro realizou-se no Edifício Sede da Fiesp a Mesa Redonda sobre A nova Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo e o futuro da indústria no município de São Paulo, promovida pela Fiesp e pelo Ciesp. Participaram dos debates Ricardo Nunes – Vereador (PMDB); Paulo Frange – Vereador (PTB); Fernando de Mello Franco – Secretário de Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo; Nelson Pereira dos Reis – Diretor do Departamento de Meio Ambiente Fiesp/Ciesp; e Luciana Freire – Diretora Executiva Jurídica da Fiesp.

Nessa ocasião, o secretário de Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo destacou que a cidade deve seguir o exemplo de outras metrópoles, que voltam a se ver como centros de produção, e se tornar outra vez atraente para as indústrias – muitas delas com perfil diferente do tradicional.

“Projeto de desenvolvimento urbano é fundamentalmente projeto de desenvolvimento econômico”, disse o secretário. “Não basta apenas estabelecer zoneamento” Mello Franco citou como bons modelos os BIDs (business investment districts) de Nova York e Londres, que ajudam no desenvolvimento de negócios.

Ricardo Martins, diretor titular da Distrital Leste do Ciesp, comentou que “o que podemos aprender com Nova York, Detroit e Londres, é não deixar sair, para tentar atrair de novo depois”. Em sua opinião, falta à cidade de São Paulo situação amigável em relação à indústria. “Tem que passar a ideia de que os industriais têm que permanecer na cidade, e não sair.” O secretário Mello Franco assegurou que “indústria a gente quer sim. Nosso principal problema é equilibrar as demandas”.

Nelson Pereira dos Reis, diretor do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp e do Ciesp, lembrou que ainda é marcante a presença, no município, da indústria. Quando comparado aos demais municípios paulistas, São Paulo é ainda o município que apresenta maior participação da indústria respondendo por – 18% dos empregos ocupados; 27% do número de estabelecimentos e 21% da massa salarial. Acreditamos que o município de São Paulo ainda pode atrair – e está atraindo- novas indústrias, e o novo processo vai ajudar nisso. Muitos investidores dessas novas áreas, explicou, relutam em produzir aqui por dúvidas sobre a regulamentação.

Para Reis, a construção de novo marco regulatório é necessária, já se começa a gerar insegurança. “Indústria não é vilã, é parte da solução. Ter indústria forte traz riqueza e gera empregos de qualidade. Queremos não só manter a indústria que existe no município, mas ampliá-la.”

Plano metropolitano

Para o secretário do Desenvolvimento Urbano, é necessário já pensar os próximos passos. Superado o processo de zoneamento, disse Mello Franco, “teremos uma agenda comum, muito importante, envolvendo o poder público e o setor produtivo”. Em 2016 vai haver a discussão do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDU), necessário devido à sanção de lei federal sobre o tema. A cargo do Governo do Estado, tem a prefeitura também na discussão.

Logística

O vereador Paulo Frange (PTB), relator do projeto de lei 272/2015, disse que uma novidade do novo texto é que para uso em logística foram regulamentadas três faixas de tamanho de lotes: NR1, para os de até 500 m², NR2, para os de 501 a 5.000 m², e NR3, para os de mais de 5.000 m². Leonardo Ugolini, diretor da Distrital Sul do Ciesp, lembrou que muitas indústrias estão saindo de São Paulo ou até do país, como a Sandvik. “Estamos perdendo as indústrias por uma questão de logística, que se transformou numa coisa impossível. Temos que tentar achar solução para que isso se torne viável.”

Silvio Aparecido da Silva, diretor titular da Distrital Oeste do Ciesp, também criticou os problemas logísticos – incluindo mudança nas especificações dos caminhões. “As indústrias investiram na frota, e não podem mais usá-la.”

Ricardo Martins, diretor titular da Distrital Leste do Ciesp, citou como outro grave problema para indústrias já instaladas o adensamento a seu redor. Isso, diz, precisa ser repensado, para “que não seja depois considerada vilã” pelas pessoas que se mudaram para lá depois e se incomodam pela proximidade da indústria.



Ricardo Nunes, Fernando de Mello Franco, Nelson Pereira dos Reis, Paulo Frange e Luciana Freire.

Estrutura municipal

Luciana Freire, diretora executiva jurídica da Fiesp, reconheceu que muitas sugestões da indústria foram incorporadas ao texto, citando o trabalho do vereador Paulo Frange, entretanto destacou os desafios da indústria para a regularização, segundo a nova lei e lembrou que há atraso nos processos de licenciamento.

Segundo Mello Franco, a prefeitura não tem capacidade plena para o licenciamento, mas há mudanças importantes, como o Código de Obras, que, quando for aprovado, retirará um pouco a carga sobre a fiscalização, que será transferida para o responsável pela obra, liberando mão de obra para a análise de empreendimentos mais complexos.

Meio ambiente

O momento, disse Freire, não é de aumentar custo para a indústria, ao destacar que a quota ambiental é necessária, mas deveria ser incentivada, não obrigatória.

Segundo o relator Paulo Frange, a discussão da quota ambiental é muito interessante e precisa ser aprofundada. O vereador Ricardo Nunes citou o artigo 99 da nova lei, que permite reclassificação das indústrias do grupo 3 e perguntou por que não se faz o mesmo com subcategorias do 2 e do 1, já que evoluções permitiram por exemplo a redução das emissões de poluentes. O secretário de Desenvolvimento Urbano disse ter

entendido que há correções a fazer na classificação das indústrias e acredita que haja espaço para mudanças entre a primeira votação e a segunda na Câmara. Explicou que a Prefeitura trabalha para fazer toda a classificação pelo CNAE – tema levantado durante o debate. Depois de terminado o zoneamento, explicou, vai levar de 6 a 8 meses para resolver parte dos problemas levantados – o final de 2016 parece data viável.

Apresentada na Fiesp, NBR ISO 14001 reforça importância da alta liderança e do envolvimento das partes interessadas

Haroldo Mattos de Lemos, superintendente do Comitê Brasileiro de Gestão Ambiental da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), apresentou na Fiesp a nova norma ABNT NBR ISO 14001 2015, que define os requisitos para implantar o sistema da gestão ambiental, publicada em outubro.

Lemos explicou a estrutura e o funcionamento da ABNT na área ambiental. Citou a participação da Fiesp na elaboração de várias normas, destacando sua atuação na de Ecodesign, já lançada (ISO 14006-2011). Lembrou que a NBR 14001 foi lançada na Fiesp em 1996, havendo depois as revisões periódicas a cada 5 anos.

Participou também do lançamento da nova versão da NBR ISO 14001 Ricardo de Souza Ésser, diretor titular do Ciesp de Jacareí e Carlos Amorim, diretor de Relações Exteriores da ABNT.

O peso das normas

Mario Hirose, diretor do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp (DMA), comentou durante o evento que a preocupação da Fiesp e Ciesp é com tentativas de forçar a implementação de coisas complexas. Lembrou que há custo na certificação, que vai além do financeiro, exigindo dedicação das empresas. Quando há obrigatoriedade, com a criação de legislação onerosa, o custo acaba sendo pago por todos. Lembrou que reivindicações são sempre

legítimas, mas depois de inseridas em norma para proteger mercados e criar barreiras se tornam preocupantes.

Defendeu a importância de participar da elaboração das normas. “Se não participar, outros vão legislar, criando legislação a favor ou contra.” Em fóruns internacionais, blocos, países, e no interesse de determinadas certificadoras que querem impor normas, cria-se um custo.

Fonte: Agência Indusnet Fiesp – editado.



Reunião na Fiesp de apresentação da ABNT NBR ISO 14001.

Foto: Helcio Nagamine/Fiesp

Saiba o que muda com a nova versão da norma

Com o objetivo de orientar as empresas neste processo de transição, o DMA elaborou um documento apresentando as principais alterações e seus desdobramentos que pode ser acessado pelo website da Fiesp. Em linhas gerais, as principais mudanças estão relacionadas:

- Ao entendimento do contexto da organização, às necessidades e às expectativas das partes interessadas.
- À liderança como papel central para o alcance dos objetivos do sistema de gestão, estabelecendo o link entre o estratégico e o operacional.
- Ao fortalecimento do desempenho ambiental da organização, por meio da melhoria contínua do Sistema de Gestão Ambiental
- À ênfase em uma abordagem de riscos, o que não implica que a organização implemente um processo formal de gestão de riscos, mas antecipe potenciais cenários e consequências, agindo preventivamente.
- À identificação de aspectos e impactos ambientais, considerando aqueles que ela pode controlar ou influenciar, tendo em vista uma perspectiva de ciclo de vida.

É importante esclarecer que a consideração de uma perspectiva de ciclo de vida não requer que seja elaborada uma avaliação de ciclo de vida. A avaliação de ciclo de vida é escopo da norma ISO 14.044, específica sobre o tema.

A novidade, nesse sentido é que a organização deverá avaliar seus processos e identificar aspectos e impactos ambientais, considerando desde a aquisição de matéria-prima, desenvolvimento, produção, distribuição, uso e destinação final.

Também se deve notar que a o processo de gestão de riscos requer da empresa demonstrar que identificou os riscos e as oportunidades, que podem influenciar a capacidade de alcance dos resultados pretendidos, e determinar quais destes riscos e oportunidades devem ser endereçados.

O documento na íntegra com todas novidades da nova versão está disponível no endereço:

<http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/iso-140012015-saiba-o-que-muda-na-nova-versao-da-norma/>

Diretor do DMA participa da Conferência “Dinâmica Social e Mudança do Clima” em Paris

A Conferência Dinâmica Social e Mudança do Clima, realizada na Universidade Pathéon-Sorbonne, teve como objetivo oferecer à comunidade científica e às partes interessadas no debate uma visão geral das mudanças sociais que poderão ser desencadeadas como resultado das ações previstas nos processos de mitigação e adaptação às alterações climáticas, bem como apresentar métodos e ferramentas desenvolvidos para representar, compreender, influenciar e governar essas mudanças. As sessões foram organizadas em torno de quatro temas gerais: inovações, justiça, estratégias de adaptação social e cidades.

Em sua apresentação, Nelson dos Reis discutiu os caminhos para uma economia de baixo carbono, enfatizando os ativos ambientais brasileiros e importância das políticas públicas indutoras, possibilitando inovação, eficiência energética e o consumo sustentável.

Durante as oficinas interdisciplinares, economistas, geógrafos, juristas, especialistas em arte e filósofos também expuseram sua visão com relação às atuais e futuras mudanças globais na sociedade.



Responsabilidade civil objetiva por dano ao meio ambiente conta com jurisprudência no STJ

Tema merece ampla discussão e foi foco de evento jurídico para avaliar tendências

O diretor José Valverde abriu o encontro ressaltando a importância do tema e seus reflexos para o setor industrial. “Hoje existe jurisprudência no Superior Tribunal de Justiça (STJ) voltada ao direito ambiental e à responsabilidade civil objetiva”. A afirmação foi feita pelo juiz Álvaro Luiz Valery Mirra (1ª Vara Cível do Foro Regional VI – Penha de França) em evento promovido pelo Grupo de Estudos de Direito Ambiental da Fiesp/Ciesp.

Na avaliação de Mirra, a responsabilidade civil objetiva por dano ao meio ambiente está disciplinada por normas federais, essencialmente, e também constitucionais, frisando que se trata de “um tema que sempre se renova, evolui e adquiriu importância maior”.

Mirra avaliou que a tutela preventiva tem se mostrado frequentemente limitada e insuficiente na preservação e

conservação da qualidade ambiental. Para ele, isso ocorre em função da tolerância da administração, por vezes da própria legislação, e também pela negligência do homem no exercício de sua atividade. Porém, o juiz pontuou que a responsabilidade civil está sujeita a regime jurídico próprio e específico, ou seja, um microsistema dentro do Direito Civil e do Direito Administrativo.

Já Luci Grizzi – advogada especialista em Meio Ambiente, da Veirano Advogados, avaliou que, para o setor empresarial, representa insegurança jurídica o fato de não haver delimitação de responsabilidade civil ambiental nos tribunais. E questionou até onde vai a cadeia de responsabilidade quando se trata do poluidor indireto. “Haverá maior maturidade futuramente quanto ao tema”, disse. A sugestão da especialista é que as empresas contem com bons registros documentais, ou seja, contratos com os seus fornecedores que podem vir a causar danos ambientais e realizem, inclusive, miniauditorias, em função da responsabilidade ambiental civil e solidária.

Fiesp/Ciesp estão atentos ao tema, em função de sua complexidade, amplitude e aplicabilidade, em especial, considerando-se que somente a legislação ambiental do Estado de São Paulo, conta com mais de 700 diplomas legais, conforme alertou Anícia Pio, gerente de Meio Ambiente da Fiesp. “O tema ambiental é transversal às atividades humanas, e os princípios do desenvolvimento sustentável determinam a necessidade de um equilíbrio dos três componentes – ambiental, social e econômico, para efetivamente alcançarmos a qualidade de vida almejada por toda a sociedade. O desafio é ampliar essa discussão”, concluiu.



Em preparação para a COP21, Fiesp lança hot site sobre mudança do clima

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) conta a partir de agora com um site específico voltado às questões climáticas e à atuação do Comitê de Mudança do Clima da entidade, atuante desde 2009.

A exemplo de anos anteriores, a Fiesp conta com equipe técnica acompanhando a delegação brasileira à 21ª Conferência das Partes (COP-21), atenta aos debates

globais e seus desdobramentos. A COP 21, finalizou seus trabalhos, no último dia 11 celebrando um Acordo histórico em Paris, ratificado por 195 países.

Saiba mais sobre o trabalho desenvolvido pelo setor industrial: www.fiesp.com.br/clima-em-debate.

Fonte: Solange Sólton Borges, Agência Indusnet Fiesp

Fiesp apoia campanha do Movimento Limpeza Consciente

Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Abipla lançam na Fiesp campanha para o consumidor no Dia do Consumo Consciente, 15 de outubro

Em parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Associação Brasileira das Indústrias de Produtos de Limpeza e Afins (Abipla), lançou na sede da Fiesp, mais uma campanha do Programa Movimento Limpeza Consciente. O principal objetivo é chamar a atenção do consumidor para a importância do uso correto de produtos de limpeza, promovendo também a conscientização da população quanto à conservação e ao uso eficiente de água e disseminando práticas que evitem seu desperdício, principalmente diante da grave crise hídrica enfrentada nas diversas regiões do país.

O evento contou com a participação da diretora do Departamento de ambiente urbano do MMA, Zilda Maria Veloso e da Secretária Patrícia Iglecias que parabenizou os trabalhos desenvolvidos pelo setor e ressaltou

a importância da discussão acerca dos desafios da produção e do consumo sustentáveis – tema crescente e de grande amplitude no país e no nosso estado. Também destacou a estreita interdependência entre a preservação ambiental e a necessidade de adaptar nossos padrões de consumo, cada vez mais perceptível.

Segundo a presidente-executiva da Abipla, Maria Eugenia Proença Saldanha, o Programa Movimento Limpeza Consciente possui interfaces com o consumidor nos pilares voltados ao uso correto de produtos de limpeza, que inclui utilização consciente de água; descarte adequado de embalagens e combate à produção informal, além da nova tecnologia dos produtos concentrados que possibilita a redução da quantidade de produto utilizado para lavar a mesma quantidade de roupa, quando comparados com produtos tradicionais (regulares).

A campanha conta também com uma cartilha que traz



orientações e dicas ao consumidor sobre a relevância da leitura do rótulo estampado na embalagem, a importância do descarte correto, a escolha adequada de produtos para cada finalidade, além de alertar quanto à correta utilização da água e ao uso adequado do produto concentrado.

Na linguagem de história em quadrinhos, com dicas que podem ser destacadas, guardadas e compartilhadas, a versão impressa será distribuída em lojas de redes de supermercados espalhadas pelas zonas Norte, Sul, Leste, Oeste e região central da cidade de São Paulo.

Há também a versão online disponível em http://www.abipla.org.br/novo/admin/RESERVADO/ARQ_UIVO/araq8.PDF

Fontes: Agência Indusnet e Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo.



DIGA NÃO
AO AUMENTO DE
IMPOSTOS

NAOVOUPAGAROPATO.COM.BR

Superintendente do Ibama explica sistemática de autuações

Em encontro da Câmara Ambiental da Indústria Paulista, Murilo Rocha, superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) esclareceu questões de empresários quanto a metodologia de autuações e imposições de penalidades pelo órgão ambiental e, das possibilidades de recurso contra elas. O encontro foi coordenado pelo diretor-titular do DMA, Nelson Pereira dos Reis.

Segundo Rocha, algumas infrações têm valor fixo, enquanto para outras é considerado o porte da empresa e o dano causado. Para todas as infrações há a possibilidade de contestação e depois de recurso – há diferentes instâncias para diferentes infrações.

Durante a reunião, detalhou também o problema específico de autuações de empresas do setor de óleos lubrificantes. A determinação para as autuações, disse, partiu da sede do Ibama, em Brasília, devido a diferenças entre o volume coletado e declarado de resíduos.

Em relação ao Cadastro Técnico Federal, destacou que os cursos de capacitação realizados no âmbito da parceria



Reunião da Câmara Ambiental da Indústria Paulista, da Fiesp.

Foto: Helcio Nagamine/Fiesp

estabelecida com Fiesp/Ciesp, têm sido muito produtivos e, que o órgão ambiental está em tratativas com o DMA para a continuidade desse treinamento em 2016.

Fiesp e Ciesp, em parceria com o IBAMA, capacitaram mais de 300 profissionais no preenchimento do CTF

Profissionais das indústrias tiraram suas dúvidas de como preencher o Cadastro Técnico Federal - CTF e regularizar suas atividades junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, que desde fevereiro vem promovendo treinamentos em diversas diretorias regionais do Ciesp.

Em 2015, o treinamento foi realizado em 9 (nove) regionais do Ciesp (Oeste na RMS, Guarulhos, Diadema, Jundiaí e Sorocaba, Limeira, Jacareí, Ribeirão Preto e Cotia) onde houve a participação de 326 profissionais de 273 empresas.

O CTF faz parte da Lei 6.938/1981 que trata da Política Nacional de Meio Ambiente. Os dados informados pelas empresas nesse cadastro subsidiam ações de controle, fiscalização, licenciamento e gestão ambiental dos órgãos do Meio Ambiente.

O treinamento aborda os dois tipos de cadastro, os que

exercem Atividades de Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA), que são os consultores ambientais ou trabalhos de engenharia, por exemplo, e os de Atividades Potencialmente Poluidoras (CTF/APP), que são, por exemplo, as indústrias de transformação que exerçam atividades que tenham algum potencial de poluição ou seja que oferecem risco ao meio ambiente. Durante o treinamento, os profissionais do IBAMA explicam como fazer esse cadastro e a aplicação de toda a legislação vigente e destacam a importância de se entregar o relatório anual, contendo as informações das atividades realizadas pela empresa durante o ano.

Prepare-se para participar dos novos treinamentos em 2016, informações com datas e locais serão disponibilizadas no site da Fiesp e do Ciesp a partir do início do próximo ano.

CONGRESSO TÉCNICO-CIENTÍFICO SOBRE RISCOS

A Society for Risks Analysis Latin America - SRA-LA e a Associação Brasileira de Geologia de Engenharia e Ambiental - ABGE organizarão entre 10 e 13 de maio de 2016, no Instituto de Pesquisas tecnológicas- IPT, em SP, o III Congresso da Sociedade de Análise de Risco Latino Americana. Serão discutidos riscos tecnológicos, desastres naturais, efeitos à saúde e comunicação de riscos.

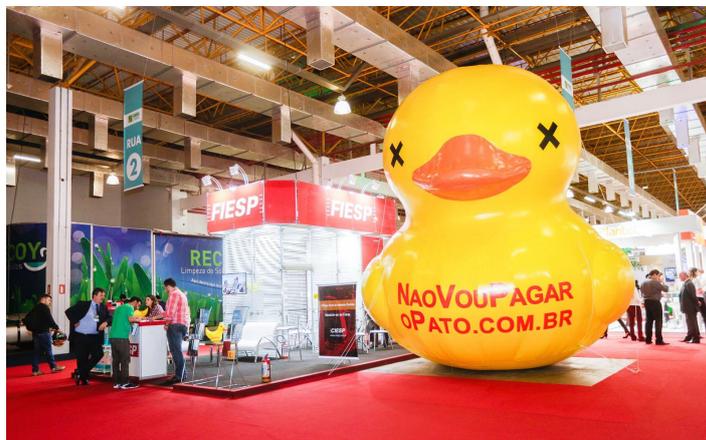
Participe e envie seu trabalho www.abge.org.br/3clasra-la

Fiesp distribui redutores de vazão na 17ª Feira Internacional de Meio Ambiente Industrial e Sustentabilidade FIMAI

Dispositivo pode reduzir, no ponto instalado, em até 50% a vazão de uma torneira ou chuveiro

A Fimai, maior e mais importante feira ambiental da América Latina e a Ecomondo, terceira maior na Europa, uniram-se para organizar a 17ª edição da Feira Internacional de Meio Ambiente Industrial e Sustentabilidade em São Paulo. Expositores apresentaram soluções para a indústria minimizar impactos ambientais, contemplando tecnologias sustentáveis de racionalização do uso da água e energia, com significativa redução dos custos de produção.

A Fiesp contou com estande na feira. Uma das ações da entidade foi a continuidade da campanha Água na Medida, com a distribuição de mais de mil kits compostos por quatro redutores de vazão de ½ polegada. O redutor plástico pode reduzir, no ponto instalado, em até 50% a vazão de uma torneira ou chuveiro, contribuindo de forma efetiva para minimizar o impacto da crise hídrica em residências, condomínios, prédios comerciais e industriais e escolas. Para demonstração da eficiência dos redutores, foi utilizado tanque, desenvolvido pelos alunos do Senai Mario Amato, com indicação de consumo de água com e sem redutor. A campanha “Não Vou Pagar o Pato” – contra a criação de mais impostos – foi bem recebida pelo público. Outra ação foi a distribuição de mais de 500 guias técnicos da Fiesp (Licenciamento Ambiental, Áreas Contaminadas e Produção e Consumo Sustentável) aos visitantes do estande.



Consumo da indústria

Ao menos 65% da indústria reutiliza a água em seus processos produtivos, segundo o Departamento de Meio Ambiente da Fiesp e do Ciesp. A conscientização e o incentivo a essa boa prática levaram a indústria, entre 2002 e 2012, a reduzir em 47% a água utilizada na região de Campinas, tendo como base os volumes autorizados de uso de água superficial e subterrânea publicados no Relatório de Situação do Comitê de Bacias Hidrográficas Piracicaba, Capivari, Jundiá (PCJ).

Fonte: Solange Sólton Borges, Agência Indusnet Fiesp

Sustentabilidade e Investimentos são temas de reunião do Cosema

Reunião do Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp (Cosema) realizada em outubro contou com a participação de Guillaume Sagez da Performa, gestora brasileira de investimentos nas modalidades Venture Capital e Private Equity cujo objetivo é unir a prosperidade do Brasil com conhecimento, tecnologia e inovação, otimizando a sustentabilidade dos setores.

O fundo busca empresas que faturem até 3.6 milhões de reais de grande destaque nos setores de Tecnologia da



Informação (TI), Saúde, Biotecnologia e Nanotecnologia. É possível realizar investimentos de capital semente e Série A de até 5 MM de reais, além de realizar co-investimento com demais fundos que compartilham da mesma cultura de investimento. Os investidores são o Fundo de Inovação Nacional e Pesquisa (FINEP), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Agência de Fomento do Estado de São Paulo (Desenvolve SP) e uma rede de 56 investidores Anjo e de Venture Capital e Private Equity. Sagez acredita que alguns setores brasileiros, independentemente da crise, possuem projeção internacional, e vê, nesses setores com potencial de crescimento, uma oportunidade de aliar tecnologia com preocupação ambiental.

O palestrante apresentou alguns cases de sucesso de investimentos que seguem essa linha, relacionados, por exemplo, com eficiência energética e resíduos sólidos e enfatizou que investimentos que tenham potencial de crescimento atrativo em sustentabilidade têm que trazer um benefício econômico muito claro para o cliente. Para ele, os investimentos voltados para a solução tecnológica permitem diminuição do custo e aumento da produtividade e, portanto, têm um efeito positivo sobre a sustentabilidade da produção.

Cosema debate Política Nacional de Resíduos Sólidos e oportunidades de negócio

Em reunião do Cosema realizada em novembro, Guilherme Brammer, Fundador e CEO da empresa Wise Waste, fez apresentação sobre como usar a Política Nacional de Resíduos Sólidos para criar oportunidades de negócios, mostrando alguns cases com grandes empresas que já estão sendo trabalhados no Brasil. O palestrante mostrou uma importante interação entre o setor produtivo e o meio acadêmico, com a atuação de startups na solução de problemas relacionados a resíduos no país.

Brammer enfatizou em sua apresentação a importância da perspectiva da economia circular para a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Na economia circular, o que é considerado rejeito é alimento para o próximo sistema, com uma logística de reaproveitamento, inclusive da embalagem, para que ela não perca valor.

A economia circular auxilia a pensar em um novo processo produtivo. É no momento de crise que a economia circular ganha força, ao se aproveitar mais os processos e



despertar a criatividade e a inovação, segundo Brammer, ao pontuar a atual crise atravessada pelo Brasil, inclusive no setor produtivo.

Acordo setorial assinado em Brasília é decisivo sobre logística de embalagens

Quarta-feira, 25 de novembro de 2015, foi a data de assinatura do Acordo Setorial para a Implantação do Sistema de Logística Reversa de Embalagens Contidas na Fração Seca dos Resíduos Sólidos Urbanos ou



Equiparáveis. Trata-se de um acordo firmado entre o Governo Federal as Entidades que representam os Produtores e Usuários de Embalagens, Importadores, Distribuidores e Comerciantes. O documento foi assinado pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e os representantes dos diversos setores envolvidos. A partir desse momento, os empresários se responsabilizam por criar um sistema de recolhimento e destinação adequada das embalagens. O acordo tem como pressuposto a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e está previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelecida pela Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010. Esta prevê que fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes devem criar um sistema de recolhimento e destinação final que não esteja atrelado aos sistemas públicos de limpeza urbana.

Fonte: <http://www.abiplast.org.br>, consultado em 28 de novembro de 2015.

Comissão aprova incentivos fiscais para empresas de reciclagem

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados aprovou proposta que garante incentivos fiscais para empresas que exerçam de forma preponderante a atividade de reciclagem ou atividades relacionadas a etapas preparatórias da reciclagem. Entre os benefícios, está a redução das alíquotas de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), do PIS (Programa de Integração Social) e da Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social). O texto aprovado é o substitutivo do relator,

deputado Mauro Pereira (PMDB-RS). O parecer dele foi pela rejeição do projeto principal (PL 2101/11, do ex-deputado Nelson Bornier) e do PL 2215/11, apensado, e pela aprovação de sete propostas apensadas (PLs 2355/11, 6887/13, 2380/11, 2909/11, 5646/13, 635/15 e 7127/14), na forma do substitutivo apresentado em seu relatório.

Fonte: <http://www2.camara.leg.br>, consultado em 16 de novembro de 2015.

Reciclagem de PVC pós-consumo sobe a 17,1%

O índice de reciclagem mecânica de PVC no Brasil chegou a 17,1% do total de resina pós-consumo em 2014, com avanço de 0,7 ponto percentual na comparação com o ano anterior. Em outros números, foram recicladas 22,9 mil toneladas das 134,2 mil toneladas de produtos de PVC descartados no país no ano passado, conforme pesquisa realizada anualmente pelo Instituto do PVC.

O PVC reciclado pode ser transformado em mangueiras, tapetes de automóveis, divisórias, entre outros produtos. A pesquisa mostra que as 72 empresas recicladoras desse material no país faturaram R\$ 141,8 milhões no ano passado, com crescimento de 4,6% ao ano desde 2005, quando a pesquisa teve sua primeira edição. Já a

capacidade instalada da indústria de reciclagem de PVC chegou a 86 mil toneladas em 2014, diante de investimentos realizados na esteira da PNRS. A melhora do índice no ano passado também reduziu a distância entre o Brasil e países desenvolvidos no que se refere à reciclagem. Por aqui, o indicador referente ao PVC pós-consumo, de 17,1%, se compara a índices de reciclagem pós-consumo de todos os plásticos de 19,8% e 22% em países como França e Reino Unido.

Fonte: <http://www.valor.com.br/empresas/4266692/reciclagem-de-pvc-pos-consumo-sobe-171>, consultado em 21 de outubro.

Crise Hídrica na RMSP

Somente em 19/11, a Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos chamou as entidades da sociedade civil para participarem da 2ª Reunião do Comitê da gestão da Crise Hídrica da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP para tratar fundamentalmente da apresentação, discussão e aprovação do Plano de Contingência.

O DMA (FIESP/CIESP) participou e manifestou preocupação pelos critérios estabelecidos para os três níveis e as ações correlatas previstas no Plano, vide quadro.

Destaca-se que a definição dos níveis apontados no documento não apresentam critérios para sua declaração, bem como premissas baseadas em valores numéricos e na situação hídrica do sistema produtor de água da RMSP, individualmente ou no conjunto.

A falta de referência técnica em relação ao cenário hidrológico para cada sistema produtor de água da RMSP poderá dificultar o gerenciamento, de forma eficaz e coerente, das ações apontadas para as partes envolvidas e mesmo dos usuários de água em relação a minimização dos efeitos da estiagem na sua atividade.

Nível	Descrição básica para cada nível
ATENÇÃO	Deverá ser adotado quando houver sinais de estiagem prolongada, quando então passa a existir uma situação de risco elevado de não ser atendida a demanda de água.
ALERTA	Será adotado quando a situação dos sistemas de abastecimento chegar a níveis críticos, podendo comprometer a curto prazo o atendimento à demanda de abastecimento de água. O risco de não atendimento é elevado.
EMERGÊNCIA	Será adotado quando for eminente o não atendimento da demanda, uma vez que um ou mais sistemas de abastecimento estejam sob elevado risco de esvaziamento crítico, comprometendo o abastecimento de parte da população com grau de severidade significativo. Neste nível serão feitos cortes sistemáticos no abastecimento de água de modo a evitar o colapso total de um ou mais sistemas produtores de água potável.



22º PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

Participe e mostre que o amanhã já chegou!

Este ano, o Prêmio traz uma novidade: o Destaque Responsabilidade Socioambiental, que contemplará projetos com apoio às comunidades locais e incentivo aos colaboradores.

Inscreva seu projeto e tenha suas ações reconhecidas!

Grupos de Meio Ambiente do CIESP promovem eventos sobre disponibilidade hídrica para a indústria e divulgam o 11º Prêmio Conservação e Reuso de Água

Em outubro e novembro as Diretorias Regionais do CIESP, por meio de seus Grupos Meio Ambiente e convidados, foram realizados os eventos "Disponibilidade Hídrica para a Indústria: Quantidade e Qualidade" que contou com organização do CIESP/FIESP em parceria com SEBRAE.

Foram apresentados o panorama da disponibilidade hídrica nas bacias locais e no estado de São Paulo no sentido de subsidiar o setor produtivo quanto ao planejamento estratégico a curto, médio e longo prazo e os posicionamentos da indústria frente a crise hídrica.

Na oportunidade ainda, ocorreu o lançamento da 11ª Edição do Prêmio de Conservação e Reuso da Água que, na atual edição se consolida como uma importante forma de divulgar as iniciativas do setor industrial na implantação de boas práticas do setor.

Regionais do CIESP que sediaram os eventos	
São José do Rio Preto	Presidente Prudente
Limeira	Jacareí
Campinas	Ribeirão Preto
Jundiaí	Marília
Jaú	São Bernardo do Campo



11º PRÊMIO DE CONSERVAÇÃO E REÚSO DE ÁGUA

Em tempos de escassez de recursos hídricos, incentivar e promover boas práticas de uso eficiente de água é valorizar a vida.

Há mais de 10 anos, o Prêmio de Conservação e Reuso de Água incentiva o consumo consciente deste recurso em empresas de todos os portes.

Participe e mostre o potencial de sua empresa na gestão eficiente do uso da Água!

Fóruns Ambientais

Federais

Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)

Câmara Técnica de Cobrança (CT-Cob)

Reunião realizada em Brasília/DF, em que se avaliou e aprovou a proposta de indicação de entidade delegatária para o Comitê da Bacia do Verde Grande. Na ocasião foi analisada a moção encaminhada pelo Instituto das Águas e Meio Ambiente do Rio de Janeiro (INEA) que propõe que a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em áreas de conservação de domínio da União possa ser feita por comitês estaduais nos quais estas unidades estão circunscritas. Tendo em vista os questionamentos dos membros da Câmara Técnica, este tema será revisado pelo INEA e novamente submetido à apreciação da CT-Cob.

Estaduais

Conselho de Recursos Hídricos (CRH)

Câmara Técnica de Proteção das Águas (CT-PA)

A Câmara Técnica de Proteção das Águas realizou reuniões para discutir a viabilidade de projetos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) e outros Fundos.

Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CTAS)

Apresentações sobre as fraturas no subsolo provocadas pela exploração de gás (a experiência do Canadá) e sobre a proposta de educação ambiental, tendo como tema, o Aquífero Guarani.

Câmara Técnica de Cobrança (CT-Cob)

Análise das contribuições dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) e membros da própria CT-Cob, acerca da minuta de deliberação para a revisão da cobrança.

Câmara Técnica de Planejamento (CT-Plan)

Foi apreciada a proposta de minuta de anteprojeto de Lei que dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos e outras providências, dentre elas a revogação da Lei Estadual nº 9.034/94. Durante apreciação da minuta, o DMA indicou a importância de manter elementos essenciais para a gestão de recursos hídricos presentes na Lei 9.034/94 como: tratamento isonômico aos usuários em casos de escassez, prioridade de uso de recursos hídricos como questão de segurança, orientações à gestão do Fehidro, com base nas orientações de seu conselho (COFEHIDRO). A matéria foi aprovada pelo CRH na reunião do último dia 14.

Câmara Técnica de Usos Múltiplos de Recursos Hídricos (CT-UM)

Apresentação pela Companhia Ambiental do Estado (Cetesb) sobre regulamentação de Segurança de Barragens e pela Sub-Secretaria de Mineração sobre desassoreamento.

Conselho Estadual de Meio Ambiente

Reunião Plenária

334ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho, quando foram apresentadas as atualizações do Programa Nascentes; Programa Conservação ex-situ de Fauna e o Projeto Rede Verde de Condomínios.

Comissão Temática Processante e de Normatização

Conclusão das discussões sobre o Recurso Especial contra Auto de Infração e Imposição de Penalidade de Multa – AIIPM 14001788, de interesse da Agroviva S/A.ao - Proc. CETESB nº 14/00800/13 (vols. I, II, III, IV e V).

Comissão Temática de Biodiversidade, Florestas e Áreas Protegidas - CTBio

Discussão do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental - APA da Várzea do Rio Tietê com foco na Minuta de Decreto. Ao final da reunião, a Comissão deliberou por recomendar ao Plenário a aprovação da Minuta do Decreto que disporá sobre a instituição do Plano de manejo da APA da Várzea do Tietê, sendo votos contrários à aprovação as representações da Fiesp e da Faesp – Federação da Agricultura do Estado de São Paulo.

Reunião Ordinária do Plenário

Aprovação do Relatório da Câmara Técnica de Biodiversidade, Florestas, Parques e Áreas Protegidas sobre o Plano de Manejo Integrado das Unidades de Conservação da Reserva Biológica e Estação Ecológica de Mogi-Guaçu (Proc. SMA 5.285/2013)

Grupo Técnico Multidisciplinar Agroquímicos e Transgênicos APA – Corumbataí, Botucatu e Tejuapá – Perímetro Botucatu (GT – APA/Botucatu)

O GT-APA/Botucatu se reuniu durante o mês de outubro para finalização das discussões sobre agroquímicos. O GT inicia agora as discussões sobre organismos geneticamente modificados.

Durante o mês de novembro, o GT-APA/Botucatu se reuniu com o intuito de nivelar os conhecimentos técnicos/científicos de seus membros sobre o tema de organismos geneticamente modificados.

Área de Proteção Ambiental (APA) de Itupararanga

O Depósito de Materiais Excedentes (DME) nº 43 da Sabesp foi aprovado pelos conselheiros em reunião ocorrida em Ibiúna/SP. Este depósito integra a obra do sistema produtor São Lourenço. Os demais depósitos em implantação no curso da obra também estão sob o acompanhamento pelo Conselho Gestor.

Em reunião posterior, o Conselho Gestor prestou informações complementares acerca do Relatório Ambiental Preliminar da Duplicação da Rodovia Bunjiro Nakao, nos municípios de Vargem Grande Paulista, Ibiúna e Cotia, pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER).

Secretaria de Meio Ambiente (SMA)

Grupo de Trabalho Licenciamento Ambiental

Municipal

1ª Reunião do GT Licenciamento Ambiental Municipal, instituído pela Resolução SMA 83/15, que tem como objetivo propor ações que visem a melhoria da implantação do licenciamento ambiental municipal. A iniciativa foi resultado de uma solicitação da FIESP em função das dificuldades atualmente encontradas.

Sistema Estadual de Gerenciamento Online de Resíduos Sólidos (Sigor)

Discussão sobre a implementação do módulo de resíduo sólidos industriais no Sigor. Participaram da reunião representantes da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) e da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe).

Municipais

Audiência Pública em Águas da Prata/SP

DMA participou da Audiência Pública, em que foi discutida a transformação da reserva estadual de Águas da Prata (SP) em parque estadual.

Comitês de bacias hidrográficas

Assuntos em pauta nos CBHs

Relatório de Situação 2015 – Ano base 2014

Durante os meses de outubro e novembro, as Câmaras Técnicas dos CBHs Aguapeí e Peixe, Alto Paranapanema, Alto Tietê, Baixada Paulista, Baixo Tietê, Médio Paranapanema, Mogi Guaçu, Pontal do Paranapanema e Sorocaba e Médio Tietê, elaboraram seus respectivos relatórios de situação 2015 – ano base 2014. O Relatório de Situação dos Recursos Hídricos é um instrumento de gestão de recursos hídricos que tem como objetivos, a avaliação da eficácia dos Planos de Bacias Hidrográficas e subsidiar as ações dos poderes executivos e legislativos de âmbito municipal, estadual e federal.

Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) – Recursos 2016

As Câmaras Técnicas dos CBHs Aguapeí e Peixe, Alto Tietê, Médio Paranapanema, Mogi Guaçu, Paraíba do Sul, Pontal do Paranapanema, Sapucaí Mirim e Grande, Tietê Batalha, Tietê/Jacaré e Turvo Grande discutiram e aprovaram os critérios e hierarquização para financiamento de projetos com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) em 2016.

Uso Racional da Água

Foram apresentadas, durante a reunião do Grupo de Trabalho de Gestão de Demandas do CBH Alto Tietê, as propostas de ações a serem implementadas com foco na minimização do uso da água, mitigação/eliminação das perdas e as formas de divulgação dos trabalhos pelo CBH-AT.

Fundação Agência de Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (Fabhat)

A Fabhat apresentou relatório de prestação de contas referente ao ano de 2015, proposta orçamentária e plano de trabalho para o exercício de 2016.

Revisão Cobrança pela utilização dos Recursos Hídricos

A Câmara Técnica de Planejamento e Avaliação do CBH-Baixo Tietê aprovou na íntegra a minuta de deliberação sobre procedimentos, limites e condicionantes para revisão dos mecanismos e valores de cobrança pela utilização dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, para os usuários urbanos e industriais.

Sobre o tema, o DMA também participou da reunião do Grupo Técnico da Cobrança do CBH-São José dos Dourados em que foi apresentado a fundamentação da cobrança pelo uso da água do CBH-SJD. O DMA solicitou ainda, que a secretaria executiva do CBH atualize as empresas e seus usos para simulação do real impacto sobre o setor usuário.

Plano Diretor CBH-Mogi Guaçu

Reunião da Câmara Técnica de Gestão e Planejamento para discussão acerca da lista de ações a serem priorizadas nas Oficinas de Mogi Guaçu/ Pirassununga/ Jaboticabal, para andamento do Plano Diretor da Bacia Hidrográfica do Rio Mogi Guaçu.

Revisão Plano de Bacias

As Câmaras Técnicas dos CBHs: Paraíba do Sul, Sorocaba e Médio Tietê e Tietê Batalha, realizaram reunião para discutirem sobre a revisão dos Planos de Bacias. O DMA também participou de consulta pública para apresentação e avaliação do Plano de Bacia do CBH-Tietê/Batalha - 2016/2027.

Reestruturação CBH - Sapucaí Mirim e Grande

Realizada reunião conjunta das Câmaras Técnicas para discutirem a reestruturação das câmaras técnicas e grupos de trabalho do comitê.

Redes de Monitoramento – CBH Turvo Grande

Em reunião da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas e Usos Múltiplos realizada em São José do Rio Preto/SP, foram discutidas as diretrizes para implantação de redes de monitoramento na Bacia e apresentados os primeiros resultados a partir dos dados obtidos sobre o cadastro de poços particulares.

Redução das Vazões do Rio Paraíba do Sul

Após diversas reuniões, o Grupo de Trabalho de Operações Hidráulicas do Comitê para Integração do Rio Paraíba do Sul (Ceivap) aprovou a nova proposta de redução das vazões na saída do reservatório de Santa Branca a partir do dia 01/12/15. O escalonamento da vazão será diferenciado: 23 m³/s das 14:30h às 08:30h, aumentando para 30 m³/s no período entre 08:30h e

14:30h. Novamente Fiesp/Ciesp manifestaram preocupação com a inexistência de avaliação prévia dos impactos e ausência de uma proposta estruturada de controle e de monitoramento das vazões.

Comitê Federal do Paranapanema

Aprovação do diagnóstico da bacia que fundamenta o Plano Integrado de Recursos Hídricos, da agenda anual de atividades 2016, e edital de eleição do Comitê.

Comitê Federal do Rio Grande

Aprovação das deliberações que criam Grupos de Trabalho para: acompanhamento da elaboração do Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH) e estudo do enquadramento do trecho do rio correspondente à Usina Hidrelétrica de Água Vermelha. Além disso, foi aprovada a proposta de celebração de convênio de entidade de Direito Privado sem fins lucrativos, para o desenvolvimento de atividades que visam apoiar as ações do CBH-Grande.

Comitês PCJ

- Após vários trabalhos realizados em 2015, foram encerradas as atividades do grupo, conforme deliberação do comitê. Com base em um balanço das ações implementadas decidiu-se que, no caso de alguma ocorrência extrema de estiagem, o grupo irá se reunir novamente.

- A Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico tem acompanhado e discutido a análise dos níveis de abastecimento da região, ocorrências do mês e perspectivas para o período de estiagem. O setor industrial posicionou-se quanto as restrições para novos investimentos devido a insegurança hídrica da bacia.

- Apresentação pela Cetesb para a Câmara Técnica de Outorgas e Licenças, propondo a atualização de enquadramento dos trechos classificados como classe quatro do Rio Jundiá para classe três, permitindo, seu uso para abastecimento humano com tratamento avançado. Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais e Revisão da Cobrança pelo uso da água.

- A Câmara Técnica de Planejamento aprovou, com ressalvas pelo DMA, as minutas de deliberações de Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais e dos procedimentos, limites e condicionantes para a cobrança, dos usuários urbanos e industriais, pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado de São Paulo. Em reunião plenária, foi deliberada as propostas de ajustes solicitadas pelo setor produtivo para a Política de Conservação e Proteção dos Mananciais.

- A Câmara Técnica da Indústria aprovou a proposta do estudo de alternativas para utilização de águas subterrâneas nas bacias, que já se encontra em fase de licitação pela Agência PCJ.

- O DMA foi reconduzido como membro do Conselho Deliberativo da Fundação Agência PCJ para o mandato 2015-2017.

- O DMA participou de diversos encontros e reuniões de alinhamento no sentido de acompanhar e posicionar-se acerca da renovação da outorga do Sistema Cantareira, que abastece parcela significativa da Região Metropolitana de São Paulo e Campinas. Diante da diversidade das propostas apresentadas e dificuldades hidrológicas, os organismos ANA e DAEE prorrogaram a renovação para maio de 2017. O setor industrial tem se posicionado no sentido de garantir cronograma de estudos, oficinas e reuniões desde já até 2017.

Diretorias Regionais do Ciesp

DR Indaiatuba

O DMA participou da rodada de negócios do Ciesp em Indaiatuba/SP promovendo a campanha "Água na Medida" com distribuição dos kits redutores de vazão.

O DMA participou da 108ª Rodada de Negócios, que aconteceu na capital de São Paulo, nesse evento ocorreram cerca de 2.000 reuniões, totalizando R\$ 3,5 milhões em negócios.

DR São José do Rio Preto

O DMA proferiu palestra sobre a Campanha "Água na Medida", com a entrega de kits de redutores de vazão aos funcionários da empresa Polimetal, durante a Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho.

DR Franca

O DMA esteve na Diretoria Regional de Franca para participar da Rodada de Negócios quando foram reunidas diversas empresas de vários segmentos e portes para criar novas oportunidades de negócios exclusivos. Na oportunidade, houve divulgação da Campanha "Água na Medida" com a distribuição de kits de redutores de vazão.

O DMA participou do Conselho Consultivo das escolas Sesi e Senai de Franca e região, onde foi realizada a palestra "Água, e agora?", bem como a divulgação do Prêmio de Conservação e Reuso de Água.

DR Bauru

O DMA se reuniu com a diretoria do Ciesp de Bauru, para discussão acerca das ações a serem desenvolvidas na área ambiental para atender as demandas dos associados da região, visando o planejamento.

DR Araçatuba

O DMA proferiu palestra sobre o Programa "Água na Medida" e fez entrega de redutores de vazão na Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho do Departamento autônomo de água e esgoto de Penápolis.

Grupos de Meio Ambiente (GMA) do Ciesp

GMA Sertãozinho

A reunião do Grupo de Meio Ambiente contou com a

participação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Sertãozinho/SP, onde trataram sobre o planejamento para 2016 do grupo em conjunto com as instituições.

GMA Presidente Prudente

Reunião para alinhamento do grupo referente a organização de evento sobre Disponibilidade Hídrica para a Indústria e promover o 11º Prêmio de Conservação e Reúso da Água.

GMA Alta Paulista

Reunião do grupo de meio ambiente, em que foi discutida a gestão dos resíduos sólidos na indústria. O grupo pretende elaborar uma pesquisa junto aos associados para identificar as necessidades e fundamentar ações do Ciesp para melhorar a assistência as indústrias.

Em reunião posterior, o grupo deu continuidade à elaboração de pesquisa a ser realizada com os associados para identificar as maiores necessidades para implementar a gestão de resíduos sólidos.

GMA Santa Bárbara d´Oeste

A reunião do Grupo de Meio Ambiente do CIESP Santa Bárbara d´Oeste contou com representantes de diversos setores do setor privado e público e deliberou sobre a implantação do PAM – Plano de Auxílio Mútuo no município para combate as emergências, desastres naturais e incêndios.

GMA São Bernardo do Campo

O tema da reunião foi a “Destinação de Resíduos Perigosos para Pequenas e Médias Empresas” e contou com a apresentação de Flávio Luiz Bragante, diretor da FAEX – Soluções Ambientais, empresa associada do CIESP SBC e que atua no mercado de Gestão de Resíduos Sólidos Industriais desde 2011.

GMA Bauru

Reunião em que foi apresentado o Prêmio de Conservação e Reuso da Água. Uma oportunidade para a indústria mostrar suas ações implementadas para melhor gestão dos recursos hídricos.

GMA Ribeirão Preto

O Núcleo de Meio Ambiente do Ciesp se reuniu para discussão sobre o novo Código Florestal, os seus desafios e oportunidades.

Eventos/palestras

Brasil – Reino Unido: Parcerias em inovação nas áreas de resíduos, água e energia

O DMA participou de reunião com representantes do Reino Unido, cujo objetivo foi divulgar as oportunidades para projetos inovadores nas áreas de resíduos, água e energia, R\$ 30 milhões de recursos disponíveis, por meio do edital

SENAI SESI – InnovateUK. A reunião contou com a participação do diretor internacional da InnovateUK, Kenan Poleo, e do chefe do setor de energia da Knowledge Transfer Network, rede de inovação britânica, Chris Bagley. A agência de inovação do governo britânico, InnovateUK, disponibilizará, por meio do Fundo Newton, aproximadamente R\$ 15 milhões de reais para propostas conjuntas entre empresas brasileiras e centro de pesquisa e empresas britânicas no âmbito da chamada SENAI SESI - InnovateUK nas áreas de resíduos, água e energia.

11º Encontro Técnico de Alto Nível: Compostagem

O DMA ministrou palestra contendo o status da implementação da logística reversa, criada pelo Decreto 7.404/2010, que regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos, no Encontro Técnico, organizado pela Associação Interamericana de Engenharia Sanitária e Ambiental (Aidis), que contou como o apoio, entre outros, da Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal (Abisol) e da Fiesp.

XVII ENCOB – Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas do Brasil

Nos dias 05 a 08 de outubro, em Caldas Novas/GO, o DMA participou do encontro anual, quando representantes de 220 Bacias Hidrográficas de todo Brasil, se encontraram para troca de experiências e capacitações em cursos e treinamentos. No encontro foram abordados temas referentes à crise hídrica na região Sudeste, segurança hídrica como política pública e planejamento hídrico para abastecimento e saneamento.

Ciclo de Debates Abralatas 2015 – Viabilidade da Tributação Verde

O evento contou com palestra de Ricardo Abramovay, Fábio Feldman, Lucilene Prado e Ives Gandra e a moderação foi realizada pelo jornalista William Waack. Os palestrantes defenderam que muitos tributos brasileiros poderiam ser utilizados de forma a diferenciar produtos concebidos de forma sustentável, no entanto, para que essa medida seja efetiva, é necessário que antes se faça uma reforma tributária no país, organizando o sistema.

Palestra “ISO 14001 Sistemas de Gestão Ambiental – Requisitos com orientação para uso”

O DMA proferiu palestra em evento realizado na Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) em Belo Horizonte/MG, sobre a revisão da norma ISO 14001 Sistemas de Gestão Ambiental – Requisitos com orientação para uso, abordando o objetivo e âmbito da revisão, calendário para transição, principais alterações, e como se preparar para as mudanças.

Palestra “Resíduos Sólidos”

O DMA realizou a palestra sobre Resíduos Sólidos, na Sede do Sindicato da Construção (Sinduscon), em Santos/SP. Na ocasião, foram apresentadas as leis aplicáveis à gestão dos resíduos sólidos na construção civil, os tratamentos e descartes adequados.

I Fórum de Gestão de Emissões.

Realizado na Assembléia Legislativa de São Paulo (ALESP) a reunião da Frente Parlamentar Ambiental (FEPRAM). O fórum contou com a apresentação de 4 painéis, em que foi discutido a responsabilidade de embarcadores,

operadores logísticos e transportadoras sobre a gestão de emissões de gases de efeito estufa no Brasil, considerando a importância do programa GHG Protocol e do Plano Setorial de Mudanças Climáticas.

Café da manhã - Felsberg

O diretor titular do DMA, Nelson Pereira dos Reis e representantes da área técnica, participaram de evento que discutiu os Acordo Setorial de embalagens. Na ocasião também foi debatida a Resolução SMA 45/2015 que trata da logística reversa no Estado de São Paulo.

7º Congresso Internacional Sustentável 2015

Promovido pelo Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), teve como foco os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS) e a Conferência de Clima de Paris (COP 21). Um dos grandes objetivos do evento foi traduzir para as empresas e sociedade em geral como podem contribuir para o cumprimento dos ODS.

Comitê Especial em Defesa do Meio Ambiente e da Sociedade Civil- Subseção Santos

Reunião em que foi realizada apresentação, pelo Ministério Público, sobre as substâncias contidas nos produtos utilizados para contenção do incêndio.

Workshop sobre tratamento de resíduos sólidos

Evento denominado "Workshop sobre processos de tratamento de lixiviados de aterros sanitários e a legislação", realizado pela Associação Brasileira de Limpeza Pública (ABLP), em que foram discutidas as legislações de resíduos sólidos e gestão de aterros. No evento foi também comemorado os 45 anos da fundação da Associação.

3º Seminário Anual sobre Emissões Brasileiras de Gases de Efeito Estufa - SEEG 2015

O DMA esteve presente no 3º Seminário Anual sobre Emissões Brasileiras de Gases de Efeito Estufa cujo objetivo foi apresentar os dados mais recentes de emissões de gases de efeito estufa do Brasil, referentes ao ano de 2014, para os setores de energia, agropecuária, mudança de uso da terra, resíduos e processos industriais. Na ocasião, também foi lançado o Monitor Elétrico, novo produto do Sistema de Estimativa de Emissões de Gases de Efeito Estufa, do Observatório do Clima. O evento contou com a presença da Ministra Izabella Teixeira, que discorreu sobre a INDC brasileira e esclareceu alguns pontos de negociação na COP 21.

Seminário de Licenciamento Ambiental

Seminário de Licenciamento Ambiental realizado na Universidade Metodista de São Paulo em São Bernardo do Campo/SP com objetivo de lançar o Pacote de Modernização do licenciamento ambiental em São Bernardo do Campo, e contou com uma palestra sobre o "Licenciamento Ambiental Municipal: desafios para a gestão ambiental compartilhada".

Evento Iniciativa Empresarial em Clima

O DMA esteve presente no Evento Iniciativa Empresarial em Clima, o qual teve como objetivo promover o diálogo sobre desdobramentos da contribuição do Brasil para o novo acordo climático que será definido na conferência das

Partes (COP21), em Paris, em dezembro de 2015. Participaram dos debates Alex Harris, embaixador do Reino Unido no Brasil, Carlos Klink, Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Eric Klug, Vice-diretor do British Council em São Paulo e o Ministro Eduardo Braga.

O evento anunciou a Plataforma de Conhecimento em Adaptação, fruto de uma parceria entre o Ministério do Meio Ambiente e o Instituto Internacional para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (IIED), do Reino Unido, com apoio do British Council e execução do Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV-EAESP (GVces).

XXI Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos - Mesa Redonda: Usos Múltiplos das Águas em Momentos de Crise

O DMA participou, juntamente com representantes do setor agropecuário e da hidroeletricidade, de mesa redonda que discutiu os desafios do gerenciamento dos recursos hídricos em situações de escassez. Nesta oportunidade, destacou a importância de ampliação e integração dos dados hidrológicos, do aumento da oferta hídrica (obras de infraestrutura) e da participação dos usuários nos processos de alocação de água.

Legislação Ambiental

Diplomas Legais recentes

Federal

Instrução Normativa Ibama nº 15, de 21 de setembro de 2015

Altera a Instrução Normativa Ibama nº 10/2013, que regulamenta o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/Aida).

Resolução CNRH nº 167, de 23 de setembro de 2015

Prorroga o prazo da delegação de competência à Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul-AGEVAP para desempenhar as funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.

Portaria Interministerial MF/MMA nº. 812, de 29 de setembro de 2015

Atualiza monetariamente os preços dos serviços e produtos e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) relacionados no Anexo e no Anexo IX da Lei nº 6.938, de 31/8/1981.

Portaria da Secretaria de Inspeção do Trabalho nº. 507, de 29 de setembro de 2015

Dispõe sobre os procedimentos de descadastramento voluntário de empresas e instituições que deixem de utilizar Benzeno.

Resolução Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima nº 12, de 29 de setembro de 2015

Estabelece, para fins de atividades de projeto MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo), a divulgação dos fatores de emissão de CO₂ pela geração de energia elétrica

no Sistema Interligado Nacional pelo Método Simples Ajustado, além do Método da Análise dos dados de Despacho já periodicamente divulgados.

Portaria MTE nº. 1.287, de 30 de setembro de 2015

Institui a Comissão Especial para Debater o Uso do Amianto no Brasil.

Portaria Interministerial MPA/MMA nº. 10, de 1º de outubro de 2015

Cria o Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros das Bacias Hidrográficas das Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul - CPG Centro-Sul.

Portaria Inmetro nº. 496, de 2 de outubro de 2015

Cria a Comissão Técnica 'Produtos para Tratamento Acústico ou Isolamento Térmico para uso na Construção Civil'.

Resolução SFB nº 28, de 13 de outubro de 2015

Aplica, como índice de reajuste aos contratos de concessão florestal em andamento, para o período de 2014/2015, o índice de 4,5%, alinhado à meta de inflação previamente estabelecida pelo Comitê de Política Monetária.

Convênio ICMS nº 124, de 16 de outubro de 2015

Altera o Convênio ICMS 7/13, que autoriza a concessão de benefício fiscal, nas operações com sucatas de papel, vidro e plástico destinadas à indústria de reciclagem.

Portaria MAPA nº. 230, de 21 de outubro de 2015

Institui a Comissão Executiva Nacional do Plano Setorial para Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (CENABC), com o objetivo de promover a articulação dos órgãos e entidades, públicas e privadas, para implementar, acompanhar, monitorar, avaliar e revisar, tanto o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura.

Portaria MMA nº. 340, de 23 de outubro de 2015

Altera o art. 8º da Portaria nº 366, de 7 de outubro de 2009, que definiu os preços para a cobrança de ingressos, serviços administrativos, técnicos e outros prestados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes.

Resolução ANA nº 1.203, de 26 de outubro de 2015

Aprova o Resultado do Processo Seletivo do Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (Prodes) para o exercício de 2015 e dá outras providências.

Resolução SFB nº 29, de 28 de outubro de 2015

Institui o Manual de Normas Técnicas e Orientações para Demarcação em Florestas Públicas da União.

Lei nº 13.186, de 11 de novembro de 2015

Institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável.

Resolução conjunta ANA/Aneel nº 1.305, de 20 de novembro de 2015

Estabelece diretrizes e procedimentos para outorga de direito de uso de recursos hídricos para empreendimentos hidrelétricos em operação comercial em cursos d'água de

domínio da União.

Instrução Normativa ICMBio nº 2, de 25 de novembro de 2015

Institui a Política de Dados e Informações sobre Biodiversidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e dispõe sobre sua disponibilização, acesso e uso.

Decreto nº. 8.576, de 26 de novembro de 2015

Institui a Comissão Nacional para redução das Emissões de Gases de Efeito estufa Provenientes do desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de estoques de Carbono Florestal (REDD+).

Portaria MMA nº. 365, de 27 de novembro de 2015

Institui o Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros.

Projetos de lei (PL)

PLS nº. 680/2015 - Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências, a fim de substituir a expressão "agrotóxicos" e termos correlatos por "produtos fitossanitários" e termos correlatos, de modo a adequar o texto dessa lei ao das normas vigentes no Mercado Comum do Sul (Mercosul).

PL nº. 3.346/2015 - Altera a Lei nº 12.305, de 2/8/2010, que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, proibindo a disposição final de produtos elaborados a partir de espuma de poliestireno (isopor).

PL nº. 3.308/2015 - Altera a Lei nº 12.187, de 29/12/2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), para acrescentar as metas brasileiras de redução de emissões para os períodos posteriores a 2020, e dá outras providências.

PL nº. 3.298/2015 - Institui o Selo de Eficiência no Consumo de Água (SECA), para estimular a fabricação ou importação de aparelhos eletrodomésticos e equipamentos sanitários mais eficientes no consumo de água, e dá outras providências.

PL nº. 3.280/2015 - Altera a Lei nº 12.187, de 29/12/2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e dá outras providências.

PLS nº. 753/2015 - Altera a Lei nº 11.445, de 5/1/07, para tornar obrigatória a implantação de sistemas de reúso direto não potável nas instalações e infraestruturas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário construídas com recursos da União e para exigir a adequação de novas edificações nas localidades onde houver sistemas de reúso.

PLS nº. 752/2015 - Altera a Lei nº 9.605/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, para aumentar as balizas das penas de multa, para os crimes ambientais resultantes da atividade empresarial de grande escala.

PLS nº. 750/2015 - Altera a Lei nº 12.187, de 29/12/09, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências, para adotar, como compromisso nacional voluntário adicional, ações de adaptação e mitigação de emissão de gases de efeito estufa para os anos de 2025 e 2030.

PLS nº. 743/2015 - Altera a Lei 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, proibindo o encaminhamento de resíduos de serviço de saúde para a disposição final, sem submetê-los previamente a tratamento específico.

PLS nº. 741/2015 - Altera a Lei nº 9.605, de 12/2/98, para determinar que as multas por infração ambiental, em situação de emergência ou estado de calamidade pública, provocados por desastres ambientais, sejam revertidas, em sua totalidade, para as regiões afetadas.

PLS nº. 719/2015 - Proíbe a comercialização e o uso de embalagens e recipientes de poliestireno destinados ao acondicionamento de alimentos e bebidas.

PLS nº. 717/2015 - Dispõe sobre diretrizes e instrumentos para o planejamento de ações de responsabilidade socioambiental a serem observadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir a proteção do meio ambiente e o combate à poluição nas atividades dos órgãos e entidades públicos.

PLS nº. 712/2015 - Altera a Lei nº 12.187, de 29/12/09, para estabelecer meta de participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira para o ano de 2040.

PLS nº. 705/2015 - Altera a redação do § 7º do art. 12 da Lei nº 12.651, de 25/5/12, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31/8/81, 9.393, de 19/12/96, e 11.428, de 22/12/06; revoga as Leis nºs 4.771, de 15/12/65, e 7.754, de 14/4/89, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24/8/01; e dá outras providências, para excluir da obrigatoriedade da reserva legal as áreas nas quais funcionem empreendimentos de geração de energia elétrica de fonte eólica ou solar.

PLS nº. 699/2015 - Altera a Lei nº 12.651, de 25/5/12, que trata do Código Florestal brasileiro, para incluir o uso de Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs) entre as finalidades das ações de recuperação, conservação e uso sustentável das florestas e demais formas de vegetação nativa.

PL nº. 3.775/2015 - Altera a Lei nº 12.334, de 20/9/10, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens, para aprimorar os requisitos de elaboração e os critérios para implantação do Plano de Ação de Emergência (PAE).

PL nº. 3.774/2015 - Dá nova redação ao art.19 e ao parágrafo único do art.20, da Lei nº 9605, de 12/2/98 - Lei de Crimes Ambientais, instituindo no ordenamento jurídico-ambiental novas técnicas processuais, como a criação de uma ação revisional dos danos causados ao ambiente.

PL nº. 3.769/2015 - Dispõe sobre a criação do programa sobras e aparas e dá outras providências.

PL nº. 3.751/2015 - Dispõe sobre a desapropriação e indenização de propriedades privadas em unidades de conservação de domínio público.

PL nº. 3.750/2015 - Institui a Política de Criação e de Operação de Reservatórios de Acumulação de Recursos Hídricos.

PL nº. 3.745/2015 - Dispõe sobre incentivos fiscais no âmbito do imposto de renda às pessoas físicas e jurídicas que financiem projetos de florestamento e reflorestamento e de despoluição de águas.

PL nº. 3.732/2015 - Obriga os fornecedores de produtos eletrônicos e seus componentes a oferecer descontos aos consumidores que restituírem produtos similares usados.

PL nº. 3.707/2015 - Altera o art. 73 da Lei nº 9.605, de 12/2/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente para alterar o valor e a destinação das multas aplicadas por infrações ambientais.

PL nº. 3.705/2015 - Dispõe sobre a instituição do Selo Verde para certificar empresas que adotem medidas para reduzir o consumo de água, aumentar a eficiência energética e reduzir, reutilizar e reciclar materiais e recursos.

PL nº. 3.659/2015 - Altera a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA) de que trata a Lei nº 6.938, de 31/8/81.

PL nº. 3.650/2015 - Altera a Lei 12.334, de 20/9/10 e estabelece normas para a autorização, concessão e licenciamento de mineração, utilização e construção de barragens para rejeitos e a utilização de processos de extração.

PL nº. 3.649/2015 - Acrescenta dispositivos à Lei nº 7.802, de 11/7/89, para introduzir conceitos relativos a produto novo, produto equivalente e avaliação de risco, e estabelecer procedimentos relativos à avaliação de risco, classificação e registro de produtos.

PL nº. 3.598/2015 - Determina a elaboração e publicação de laudos técnicos sobre barragens, represas ou obras de grande porte e determina outras providências.

PL nº. 3.596/2015 - Altera a Lei nº 11.445/07, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para estabelecer normas gerais relativas à cobrança de tarifas de esgoto sanitário pelas prestadoras.

PL nº. 3.588/2015 - Tipifica o crime de perturbação da

qualidade ambiental por poluição sonora. Explicação: Altera a Lei nº 9.605, de 1998.

PL nº. 3.579/2015 – Altera a Lei nº 8.171, de 17/1/91, para conceder estímulos aos proprietários rurais que desenvolvam a agricultura orgânica e outras atividades de preservação ambiental.

PL nº. 3.561/2015 – Torna obrigatória a contratação de seguro contra o rompimento e/ou vazamento de barragens e dá outras providências.

PL nº. 3.548/2015 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de os fabricantes de bebidas exibirem o valor das embalagens e os procedimentos para recompra e reciclagem nos rótulos dos vasilhames.

PL nº. 3.542/2015 – Dispõe sobre a desoneração fiscal dos painéis solares e seus acessórios.

PL nº. 3.415/2015 – Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável do Agricultor Familiar no Entorno de Unidades de Conservação de Proteção Integral.

PL nº. 3.408/2015 – Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para acrescentar a proibição de descarte irregular de resíduos ou rejeitos em vias públicas, na forma da legislação local.

PL nº. 3.401/2015 – Institui o Plano Nacional de Gestão, Conservação e Reuso de Água.

Estadual

Resolução Conjunta CC/SMA/SDS nº. 1, de 21 de setembro de 2015

Constitui Grupo de Trabalho Intersecretarial com a finalidade de implementar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no âmbito do Estado de São Paulo.

Resolução CIMGC nº. 12, de 29 de setembro de 2015

Estabelece, para fins de atividades de projeto MDL, a divulgação dos fatores de emissão de CO₂ pela geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional pelo Método Simples Ajustado, além do Método da Análise dos dados de Despacho já periodicamente divulgados.

Deliberação Normativa Consema nº. 1, de 30 de setembro de 2015

Dispõe sobre os prazos dos procedimentos para o Licenciamento Ambiental com Avaliação de Impacto Ambiental no âmbito do Sistema Ambiental Paulista para empreendimentos, obras e atividades de abastecimento público de água em período de criticidade hídrica, e dá outras providências.

Lei nº. 15.913, de 2 de outubro de 2015

Dispõe sobre a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais do Alto Tietê Cabeceiras (APRM-ATC), suas áreas de intervenção, respectivas diretrizes e normas ambientais e urbanísticas de interesse regional para a

proteção e recuperação dos mananciais.

Portaria Normativa FF nº. 230, de 3 de outubro de 2015

Regularização Fundiária no Parque Estadual de Jurupará.

Projetos de lei (PL)

PL 1326/2015 - Proíbe a utilização de água potável da rede pública para lavar veículos, calçadas, frentes de imóveis, ruas, encher piscinas, bem como para outras situações que não sejam o consumo humano e caracterizem desperdício.

PL 1292/2015 - Dispõe sobre a utilização de areia descartada de fundição na construção e conservação das estradas e na cobertura de aterros sanitários licenciados.

Resolução conjunta SEM/SSRH/SMA/CMIL nº. 1, de 27 de novembro de 2015

Institui o Grupo de Trabalho objetivando fazer um diagnóstico e recomendar soluções para minimização de risco de barragens de mineração e da indústria de transformação mineral no Estado de São Paulo.

Resolução SMA nº. 83, de 11 de novembro de 2015

Institui Grupo de Trabalho para propor ações que visem à implantação do licenciamento ambiental municipal.

Resolução SMA nº. 80, de 4 de novembro de 2015

Dispõe sobre a instituição do “Plano de Apoio à Proteção das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN)” e dá outras providências.

Resolução conjunta ANA/DAEE nº 1.200, de 23 de outubro de 2015

Prorroga, até 31 de maio de 2017, a outorga de direito de uso de recursos hídricos do Sistema Cantareira concedida à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), nos termos da Portaria DAEE nº. 1.123, de 6/8/2004.

Resolução SMA nº. 72, de 22 de outubro de 2015

Define a metodologia a ser adotada para a conversão das obrigações de reposição florestal e projetos de recomposição de vegetação na unidade padrão Árvore-Equivalente – AEQ, e dá outras providências

Ato declaratório nº 23, de 3 de novembro de 2015

Ratifica o convênio ICMS 124/15, que altera o Convênio ICMS 7/13, que autoriza a concessão de benefício fiscal nas operações com sucatas de papel, vidro e plástico destinadas à indústria de reciclagem;

Decisão Cetesb nº 279C, de 18 de novembro de 2015

Dispõe sobre procedimentos relativos à segurança de barragens de resíduos industriais.

Decisão Cetesb nº 192A, de 11 de agosto de 2015

Dispõe sobre a atualização/revisão dos preços dos produtos e serviços oferecidos pela Cetesb e dá outras providências.

Normas técnicas

Normas publicadas

ABNT ISO/TR 31004:2015
 Gestão de riscos — Guia para implementação da ABNT NBR ISO 31000
 Publicada em 05 de outubro de 2015.

ABNT NBR ISO 14001:2015
 Sistemas de gestão ambiental — Requisitos com orientações para uso.

Consulta Nacional

Projeto de Revisão ABNT NBR 12808 – Resíduos de serviços de saúde — Classificação.
 Data limite: 27/12/2015.

Processo de elaboração das normas ISO



Calendário de obrigações ambientais

Obrigações que devem ser cumpridas em dezembro:

Até 31 de dezembro de 2015

Pagamento da 4ª parcela de 2015 da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA e Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFASP

A quem se aplica: O pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental- TCFA deve ser realizado trimestralmente por empresas que exerçam as atividades listadas no Anexo VIII da Lei Federal nº 10.165/00.

Como fazer: O pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFASP, prevista na Lei Estadual nº 14.626/11, será realizado de forma conjunta com o da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU única.

O boleto deverá ser emitido por meio do site do IBAMA.

Cobrança pelo uso da Água

Início da Cobrança pelo uso da Água na Bacia Hidrográfica do Tietê/Batalha



A Lei Estadual nº 12.183/2005 instituiu a cobrança pelo uso da água para os usuários diretos de rios estaduais ou de águas subterrâneas, seja para captação, consumo ou para o lançamento de seus efluentes. Essa Lei foi regulamentada pelos Decretos Estaduais nº 50.667/2006 e nº 56.502/2010

Dessa forma, o Comitê da Bacia do Tietê/Batalha iniciou a emissão de boletos referentes ao ano fiscal de 2016, para usuários do setor de saneamento e industrial, para pagamento a partir de março de 2016.

Expediente

O Informe Ambiental é publicado pelo Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp e do Ciesp. Circulação mensal.
 Comentários e sugestões: Tel. (11) 3549 4675 | Fax: 3549 4237 | cdma@fiesp.com | www.fiesp.com.br
 Autorizada a reprodução, agradecendo-se a citação da fonte.

